ARTIGO DE PESQUISA

A construção da ideia de nação no Brasil (século XIX): uma reflexão sobre a literatura e os caminhos para as interpretações geográficas

The construction of the idea of nation in Brazil (19th century): a reflection on literature and the paths to geographic interpretations

La construcción de la idea de nación en Brasil (siglo XIX): una reflexión sobre la literatura y los caminos hacia las interpretaciones geográficas

HUGO ARRUDA DE MORAIS

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5126-4124

NÔEME MARTINS DE ARAÚJO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6041-2638

ALYNE KAROLLAYNE MELQUIADES SOUZA DA SILVA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6507-608X

Recebido em: 29/01/2026.
Aprovado em: 22/07/2026.
Editora responsável: Grace Bungenstab Alves

Como citar (ABNT)
MORAIS, Hugo Arruda de; ARAÚJO, Nôeme Martins de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da. A construção da ideia de nação no Brasil (século XIX): uma reflexão sobre a literatura e os caminhos para as interpretações geográficas. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 48, e21134, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i48.21134. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/21134. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: A questão nacional se fez presente na história do país, principalmente no período oitocentista, permitindo a trajetória de apreciação da realidade por meio da literatura. Com isso, um conjunto de intelectuais, por meio da produção romanesca, além de possibilitar o fortalecimento do sentimento patriótico, desencadeou o debate centrado no território, no povo e no Estado-nação. Nesse sentido, este escrito teve como objetivo apresentar reflexões teóricas sobre como a literatura do século XIX abriu caminho para um conglomerado de interpretações geográficas, que permitiram a construção da ideia de nação no Brasil. Em termos metodológicos, além da pesquisa bibliográfica, empregou-se a hermenêutica como recurso para a leitura dos textos que tratam do tema, o que permitiu a compreensão do conteúdo central. Como resultados da reflexão, destaca-se que a ideia de identidade do espaço nacional, bem como contradições e singularidades do país, além de serem retratadas por esses autores, permitiram relacionar a história da nação com a construção de um saber geográfico brasileiro.

Palavras-chave: Nação; Literatura; Povo; Território; Saber geográfico.

ABSTRACT: The national question was present throughout the country's history, especially during the nineteenth century, enabling a pathway for interpreting reality through literature. In this context, a group of intellectuals, through the production of novels, not only fostered the strengthening of patriotic sentiment but also initiated a debate centered on territory, people, and the nation-state. Accordingly, this paper aims to present theoretical reflections on how nineteenth-century literature paved the way for a range of geographical interpretations that contributed to the construction of the idea of nationhood in Brazil. Methodologically, in addition to bibliographic research, hermeneutics was employed as a tool for analyzing texts addressing the topic, which allowed for a deeper understanding of their core content. As a result of this reflection, it is highlighted that the notion of national spatial identity, along with the contradictions and specificities of the country, were not only portrayed by these authors

but also enabled a connection between the history of the nation and the construction of a distinctly Brazilian geographical knowledge.

Keywords: Nation; Literature; People; Territory; Geographical knowledge.

RESUMEN: La cuestión nacional estuvo presente a lo largo de la historia del país, especialmente en el siglo XIX, lo que permitió una trayectoria de interpretación de la realidad a través de la literatura. En este contexto, un conjunto de intelectuales, mediante la producción novelesca, no solo posibilitó el fortalecimiento del sentimiento patriótico, sino que también desencadenó un debate centrado en el territorio, el pueblo y el Estado-nación. En este sentido, el presente escrito tiene como objetivo presentar reflexiones teóricas sobre cómo la literatura del siglo XIX abrió camino a un conglomerado de interpretaciones geográficas que permitieron la construcción de la idea de nación en Brasil. Metodológicamente, además de la investigación bibliográfica, se empleó la hermenéutica como recurso para la lectura de los textos que abordan el tema, lo que permitió una comprensión del contenido central. Como resultado de esta reflexión, se destaca que la idea de identidad del espacio nacional, así como las contradicciones y singularidades del país, además de estar retratadas por estos autores, permitieron vincular la historia de la nación con la construcción de un saber geográfico brasileño.

Palabras clave: Nación; Literatura; Pueblo; Territorio; Saber geográfico.

Introdução

A questão nacional se apresentou continuamente no imaginário brasileiro, dada a busca constante em se conceber o país tanto no momento colonial quanto nos períodos monárquico e republicano (Ianni, 2004). Nesse caminho, o século XIX foi marcado como o período histórico em que se abre espaço para múltiplas interpretações (Ianni, 2004), no qual a nação se mostra como um semióforo (Chauí, 2001). Nessa realidade, o Brasil passou a ser encarado como "um país do futuro", ou seja, "era mais projeto do que realidade" (Zilly, 1999, p.5).

Outrossim, a existência de um Estado brasileiro independente, a partir de 1822, presumia a necessidade de construção do nacionalismo, em um processo não somente de busca de um conceito, mas de explicações da natureza social, econômica e institucional (Ianni, 2004). Nessa ótica, a inserção da recente pátria no mundo moderno se daria por um autoconhecimento e pela compreensão da sua própria condição existencial.

Em razão disso, as diversas mudanças no cenário político permitiram a busca de traços de similaridade interna e diferenciação externa. No processo em que a existência de um Estado-nação criaria uma linguagem nacionalista, por meio de um "imaginário coletivo" de unidade (Magnoli, 1997).

Nessa conjuntura, o papel dos intelectuais e da literatura foram fundamentais. Diversos literatos da época se debruçaram sobre a questão nacional, buscando apresentar suas contribuições para a missão de "construir a nação, a civilização e o Estado" (Zilly, 1999, p.5). Com destaque, a Geração de 1870, também denominados de "Mosqueteiros Intelectuais", "Escritores-Cidadãos" (Sevcenko, 1999), ou "narradores-fazedores do Brasil" (Souza, 1996), a qual almejava estabelecer "um novo pensar", o propósito era a modernização das ideias brasileiras (Oliveira, 1990).

Ao reivindicarem "a liderança moral da nação" (Martins, 1987, p. 7), uma parte desses intelectuais focaram nas temáticas sociais, reconhecendo-as como condição central (Sevcenko, 1999). Assim, guiados por grandes sensibilidades interpretativas, apontavam reflexões e atitudes reformistas e "salvacionistas", as quais, de certo modo, lhes permitiam construir um nacionalismo próprio, ainda que fundamentado em concepções modernas, ocidentais e eurocêntricas (Moraes, 2002).

Esse esforço intelectual resultou em narrativas que buscavam justificar e dar sentido ao projeto nacional. As justificativas eram articuladas por meio de reflexões que funcionavam como matrizes de um pensamento universal (Ianni, 2004), sem, no entanto, ignorar as mazelas da realidade brasileira (Andrade, 1977). Com fortes representações geográficas, essas narrativas conferiam sentido ao país por meio de discursos marcados pelas vigorosas dimensões espaciais (Souza, 1996). Por essa razão, a composição da identidade nacional assumiu a condição territorial como um de seus eixos centrais (Moraes, 2002).

Concomitantemente, as interpretações que colocavam a questão nacional como chave de leitura da pátria permitiam o entendimento do arranjo territorial (Moraes, 2002). Nesse processo, a literatura oitocentista se firmou como um sistema articulado de saber, a qual ostentava um forte arcabouço histórico e espacial (Candido, 2006).

Fundamentados nessas observações iniciais, este escrito teve como objetivo central apresentar reflexões teóricas acerca da literatura do século XIX e como ela abriu caminhos para um conjunto de interpretações geográficas que permitiram a construção da ideia de nação no Brasil.

Nessa perspectiva, este estudo recorre à hermenêutica como procedimento interpretativo para a análise dos textos literários e das reflexões produzidas por intelectuais acerca da formação da nação no Brasil. Conforme Gadamer (1999), a compreensão de um texto se realiza em um processo no qual o sentido emerge da relação entre o texto, a tradição histórica na qual se insere e o horizonte do intérprete. Desse modo, a análise desenvolvida parte do entendimento de que as obras literárias oitocentistas expressam leituras sobre a realidade brasileira, sendo examinadas em articulação com as condições históricas e socioespaciais que as conformam.

Conjuntamente, e considerando o território usado como categoria de análise que possibilita o caminho de reflexão proposto, a interpretação e análise das ideias assumem a concepção de que a construção da noção de nação é resultado, também, da mediação entre a formação socioespacial brasileira e o texto literário. Assim, o debate entre povo, território e Estado-nação nos escritos do período oitocentista traduz as formas de uso do território naquele momento histórico, o que reforça a concepção de que só é possível compreender a sociedade no seu acontecer espacial.

Sob a perspectiva da geografia crítica, Santos (1977, p. 81) reforça que

> Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Nessa direção, compreender o espaço como realidade social implica reconhecer que ele também é objeto de percepção, interpretação e atribuição de sentidos pelos sujeitos. Desse modo, as representações elaboradas sobre o território não expressam apenas condições materiais da sociedade, mas também formas de imaginar, significar e interpretar o espaço. Tal perspectiva abre caminho para considerar a dimensão simbólica das representações espaciais presentes nas narrativas sobre o país.

Considerando essa dimensão, Tuan (1983, p. 6) observa que "o espaço é mais abstrato que o lugar", destacando que o espaço adquire densidade de sentido quando passa a ser vivido e experienciado pelos sujeitos. Tal distinção permite compreender que as interpretações elaboradas sobre o território não emergem de um espaço neutro, mas de experiências espaciais situadas que orientam modos particulares de perceber e significar a realidade. Nesse sentido, a análise das narrativas literárias e das reflexões intelectuais do período oitocentista considera que tais textos expressam interpretações produzidas em contextos espaciais específicos. Assim, ao analisar essas narrativas e reflexões, a pesquisa busca compreender como interpretações particulares do território contribuíram para a elaboração de visões mais amplas sobre o Brasil, movimento que dialoga com a hermenêutica filosófica de Gadamer (1999), na qual a compreensão se constrói na relação entre as partes e a totalidade.

Este artigo está organizado em quatro partes, além da introdução. A primeira, A identidade nacional como questão histórica no Brasil (século XIX), na qual se refletiu sobre a questão nacional e como ela se fez presente na história do país. Na segunda seção, Nação, História e Literatura no Brasil, desenvolveu-se um percurso reflexivo que permitiu compreender como a produção romanesca, para além do seu caráter ficcional, articulou saberes e interpretações vinculados ao momento histórico. Seguidamente, na seção, O papel dos intelectuais, o conjunto das interpretações e o pensamento científico, são abordados argumentos que evidenciam como vários intelectuais da Geração de 1870 atuaram e se dedicaram a refletir sobre o que era o Brasil, reforçando o sentimento patriótico em

suas composições literárias. Por fim, nas Considerações finais, apresenta-se uma argumentação conclusiva acerca do papel da literatura na construção de interpretações geográficas e no debate ideológico de Estado-nação, povo e território como elementos centrais.

2 A identidade nacional como questão histórica no Brasil (século XIX)

Entre o século XIX e o início do século XX, a história do Brasil foi marcada pelo processo de emancipação do jugo colonial nos trópicos e pela contínua luta pelo desenvolvimento econômico, político e social. Esse período caracterizou-se por transformações e modificações que possibilitaram inserir a recém surgida nação no mundo.

Nesse contexto, momentos como a chegada da Monarquia Portuguesa ao Brasil (1808), a Declaração de Independência (1822), a Promulgação da Lei Rio Branco (1871), a Abolição da Escravatura e a implementação do trabalho livre (1888), a Proclamação da República (1889), a Semana de Arte Moderna (1922) e a Revolução de 1930 (1930), além de estabelecerem marcas de um período, foram centrais para desencadear o processo de tentativa de modernização do país[1] (Ianni, 2004; Machado, 1995). Mais do que marcos de modernização, tais eventos expressam tentativas de reordenamento de uma estrutura social herdada do período colonial, marcada pela concentração fundiária e pela exclusão de amplos segmentos da população.

À vista disso, compreende-se que tais fatos históricos possibilitaram pensar uma identidade nacional (Ianni, 2004), uma vez que as transformações decorrentes da constituição do Estado impulsionaram um movimento de autoconhecimento nacional: "Começou-se a descobrir-se" (Costa E Silva, 2011, p. 32). Esse "descobrimento", no entanto, não foi homogêneo, sendo conduzido majoritariamente por grupos letrados que passaram a definir os termos pelos quais o país deveria ser compreendido.

De modo coincidente, essa não seria uma característica unicamente brasileira. Esse percurso foi particularmente observado nos países pós-coloniais, pois a forma de se pensar a nação foi um desafio comum dos intelectuais e motivou a elaboração de um conjunto de imaginações sociais (Arantes, 2007, p. 27). Desse modo, países de passado colonial têm essa questão que emerge como uma problemática relacionada à nacionalidade e à dominação do território[2] (Moraes, 1991). O que, por conseguinte, mostra que "A história de um país é, de certa

[1] É evidente que, a forma como o Estado nacional se organizou após 1822 não rompeu com toda a estrutura colonial estabelecida no período de colonização portuguesa (Ianni, 2004). A chegada da família real ao Brasil, o enraizamento de uma monarquia em terras tropicais e a independência possibilitaram a constituição de um governo centralizador, como também, não alterou o modelo escravista presente em toda sua extensão, fruto de séculos de colonização europeia. Por isso, o nascimento da nação se estabeleceu pela opção de "[...] preservar a centralização e não tocar no regime de mão de obra escravocrata, espalhada em todo o território" (Schwarcz, 2020, p. 14). O que fez com que o passado monárquico e de servidão fossem uma inadequação histórica vivenciada pelo país. Mesmo assim, adentra-se e permanece na maior parte do século XIX com uma história anacrônica, garantindo a continuidade das estruturas sociais arcaicas. Como afirma Ianni (2004): "O que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo" (Ianni, 2004, p. 16).

[2] Moraes (1991) destaca que os saldos negativos herdados de uma história de submissão à metrópole impuseram não só o debate de identidade nacional, mas uma reflexão sobre a construção do próprio Estado e o seu controle exercido sob território. Assim, afirma: "A ruptura com os laços tradicionais de dominação (os coloniais) implicava a construção de um novo Estado. Em outras palavras, um imenso país com grandes áreas ainda não exploradas e que, por essa razão, tinha a necessidade de imposição, dominação e soberania de seu território, fez-se urgente a criação do Brasil como unidade nacional" (Moraes, 1991, p. 168).

maneira, sua carteira de identidade" (Schwarcz, 2011, p. 14), o que implica reconhecer que essa identidade é produzida a partir de seleções e enquadramentos históricos específicos.

Nesse contexto, a tentativa de redefinição de nossas similaridades constituiu em um esforço histórico do período oitocentista (Machado, 1995). Em razão disso, discutir o Brasil passou a ser tema central no século XIX, a partir da "busca de um conceito" (Ianni, 2004, p. 67), o que permitiu afirmar que o sentimento ufanista fosse "entendido como um movimento de ideias e de ação visando a construção simbólica da nação" (Oliveira, 1990, p. 29), capaz de produzir coesão simbólica ao mesmo tempo em que obscurecia contradições estruturais, como a desigualdade social e a exclusão de grande parte da população.

À vista disso, a questão nacional passou a ser formulada a partir da tentativa de construção de uma imagem simbólica da nação, imaginada como uma comunidade historicamente situada (Souza, 1996; Anderson, 2008). Com isso, a gestão simbólica da identidade nacional se deu por meio da produção de representações sobre o povo e o território, articuladas a um projeto de construção histórica e política do Estado brasileiro[3] (Moraes, 1991), definindo não apenas o que seria o Brasil, mas também quem poderia ser reconhecido como parte legítima dessa construção nacional.

Nessa tessitura, o conjunto de representações, ideologias e imagens sobre a população e o território tinha, como um dos objetivos a estruturação de uma "[...] representação ideológica preocupada em definir os traços específicos de um povo e suas diferenças frente aos demais - a identidade e alteridade. Esta é uma característica presente em todos os nacionalismos" (Oliveira, 1990, p. 188). Essa perspectiva, ao enfatizar a construção histórica da nação como forma política moderna, relativiza leituras que tendem a naturalizar a identidade nacional como expressão espontânea de um povo.

Não por acaso, Chauí (2001, p. 15) salienta que esse encadeamento de cunho ideológico, responsável por constituir um sentimento nacionalista, se apresenta como uma invenção recente, relacionando o território, conquista (ampliação) e demografia: "Dimensão do território, densidade populacional e expansão de fronteiras tornaram-se os princípios definidores da nação como Estado".

Relativo a isso, a autora ainda declara que tal fabulação está associada à concepção do Estado moderno e sua constituição jurídica. Assim afirma: "É muito recente a invenção histórica da nação, entendida como Estado-nação, definida pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal. Sua data de nascimento pode ser colocada por volta de 1830" (Chauí, 2001, p. 11).

Por conseguinte, a periodização das interpretações sobre a problemática identitária pode se fazer, tomando por base a vinculação entre a pátria e o território, de 1830 a 1880; e a etapa de articulação da língua, religião e raça, de 1880 a 1918 (Chauí, 2001). Respectivamente, a autora intitulou esses períodos de formulação de "princípio da nacionalidade" e "ideia nacional".

---

[3] Como destaca Moraes (1991), a representação espacial além de criar um sentimento de pátria, passa a ser uma forma de debate ideológico e de afirmação identitária de uma nação e seu Estado. Ao mesmo tempo, é importante destacar que, nesse período analisado, não se dispunha no Brasil de definições teórico-conceituais precisas e objetivas acerca do território, fato que pode ser justificado com a ausência da ciência geográfica. Em razão disso, antes da institucionalização acadêmica de tal disciplina "[...] a sociedade, o território e a natureza encontram-se entrelaçados em situações concretas [...]" (Castro, 2006, p. 01).

Entretanto, ao invés de compreender esse processo apenas como uma construção progressiva e relativamente ordenada, Bosi (1992) destaca que principalmente após a independência, o país entra numa fase da "dialética de oposição", "um tempo de ruptura" e contradição entre "nação/colônia", entre "antigo/novo", entre Portugal e Brasil (Bosi, 1992). Diferentemente de uma leitura mais linear da formação nacional, o autor evidencia tensões e conflitos que atravessam esse processo, indicando que a constituição da identidade nacional não se deu de forma homogênea, mas marcada por disputas e antagonismos.

Para o crítico literário, é a partir desse período do século XIX que se começa uma "modelagem de identidade" nacional:

> O processo da independência gerou, ao desencadear-se, uma dialética de oposição. Mesmo considerando que os estratos dominantes foram os arquitetos e os beneficiários da pátria *dei criollo*, é força convir que contradição houve, tanto no nível dos interesses materiais coibidos pelo antigo monopólio, quanto no delicado tecido da vida simbólica. Viveu-se uma fase de tensão aguda entre a Colônia que se emancipava e a Metrópole que se enrijecia na defesa do seu caducante Império. O primeiro quartel do século XIX foi, em toda a América Latina, um tempo de ruptura. O corte nação/colônia, novo/antigo exigia, na moldagem das identidades, a articulação de um eixo: de um lado, o pólo brasileiro, que enfim levantava a cabeça e dizia o seu nome; de outro, o pólo português, que resistia à perda do seu melhor quinhão (Bosi, 1992, p. 177).

De modo similar, Oliveira (1990) destaca que há dois modelos de interpretação de uma identidade nacional que emergem diante das transformações históricas do final do século XIX: o primeiro, marcado pela apreciação positiva em ostentar um passado colonial e imperial, com exaltação à Igreja Católica e rejeição à perspectiva americana de nação; o segundo, vinculado à ruptura do regime monárquico com o domínio português, numa convicção de modernidade e na concepção de uma sociedade que luta contra o passado e vive uma nova perspectiva de futuro. Essas duas vertentes evidenciam que a própria interpretação do Brasil se constitui como campo de disputa, no qual diferentes projetos de nação se confrontam.

Para Oliveira (1990), as duas vertentes caracterizavam os distintos grupos políticos e seus respectivos pontos de vista: o primeiro era representado pelos monarquistas, que defendiam um modelo mais conservador de nacionalismo, com raízes na colonização; o segundo, os republicanos, com pauta modernista, e que se opunham ferrenhamente àqueles.

Com base nesses pontos de vista, e a título de exemplificação, pode-se afirmar que a classe intelectual da primeira metade do século XIX, imbuídos de uma visão romântica, introduziu a ideia de que "Os mitos fundadores falam de um Brasil anterior às navegações, consubstanciado na tradição indígena e, no fim das contas, entalhado na própria natureza" (Magnoli, 2003, p. 94). Tal construção, contudo, revela um processo seletivo de representação, uma vez que essa perspectiva de pensamento afastou o negro do tema de edificação da visão de Brasil, quase fictícia (Carvalho, 1998).

Já entre 1822 e 1930, por exemplo, Carvalho (1998) afirma que foram construídas, ao menos pelas elites políticas e intelectuais, três imagens sobre o Brasil. A primeira se caracterizou pela "ausência do povo". A segunda, por uma visão negativa sobre ele. E a terceira, por uma representação de cunho paternalista. Em todas elas, como enfatizou o autor: "Em nenhuma o povo fez parte da construção da imagem nacional. Eram nações apenas imaginadas" (Carvalho, 1998, p. 233). Desse modo, as interpretações sobre a nação revelam não apenas tentativas de definição identitária, mas também exclusões e silenciamentos que tensionam a própria ideia de unidade nacional.

Nessa tessitura interpretativa, Carvalho (1998) destaca que o romantismo possibilitou a efetivação de imagens não só do indígena, mas do país. A leitura da realidade levou a colocar a natureza como orgulho e com forte tendência ao ufanismo (Carvalho, 1998). Daí, a força de poemas como "Minha Terra" e "Canção do Exílio" apresentando uma concepção de Brasil (Carvalho, 1998), a partir da perspectiva desse mito fundador (Chauí, 2001) e de "[…] uma consciência nacional independente quando se punham a glorificar os esplendores naturais brasileiros" (Skidmore, 1976, p. 22). Nesse movimento, a natureza não aparece apenas como descrição, mas como mediação simbólica através da qual se constrói uma interpretação da nação.

Ao mesmo tempo, fatos históricos como a Declaração de Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889) provocaram mudanças estratégicas no processo de construção e definição da nação a partir da leitura e da interpretação do papel do negro na sociedade oitocentista, o que resultou na criação de um novo imaginário nacional. Assim justifica Carvalho (1998, p. 248): "Abolir a escravidão passou a ser uma questão de dignidade do País, condição de ingresso e permanência no mundo civilizado ". O próprio historiador ainda acrescenta que com o fim da escravidão, o cativo passou a ser cidadão e passou a ocupar papel central nas análises sobre a sociedade[4]: "Agora todos os negros eram formalmente cidadãos e era preciso enfrentar a questão de uma nação mestiça" (Carvalho, 1998, p. 248). Desse modo, a leitura da nação deixa de se apoiar exclusivamente na natureza e passa a incorporar, de forma mais direta, a dimensão social e racial como chave interpretativa do território.

Nessa perspectiva, a partir da segunda metade do mesmo século, conforme aponta Oliveira (1990), houve uma ênfase na questão da identidade no Brasil, com base na realidade desigual, marcada pelo passado colonial e presente imperial, além do diálogo com as concepções científicas e filosóficas europeias, especialmente ligadas às teorias sociais e raciais. O que, na perspectiva de Ortiz (1994), fez com que a "construção simbólica" do povo, território e do Estado fosse fruto de uma pluralidade de interpretações que possibilitaram pensar as nossas singularidades, dentro da dimensão espaço-tempo. Nesse sentido, as ideias não são simplesmente incorporadas, mas reinterpretadas à luz das condições concretas do país.

Por isso, vários intelectuais colocavam a superação do Império como saída, ao mesmo tempo em que davam centralidade à questão das raças na formação da nação como caminho interpretativo do que seria o Brasil no mundo (Oliveira, 1990). Desse modo, segundo Sevcenko (1999, p. 78), "A ordem da 'geração modernista de 1870' era condenar a sociedade 'fossilizada' do império, e pregar as grandes reformas redentoras; 'a abolição', 'a república' e 'a democracia'". Aqui, a literatura se articula diretamente com projetos de transformação social, revelando seu caráter interpretativo e interventivo.

A vista dessas perspectivas citadas, entende-se que as imagens construídas foram mudando ao longo do século XIX e início do XX. Porém, como resultado desse processo, pode-se afirmar que a efetivação de uma identidade

[4] Conforme aponta Chauí (2001, p. 5), a ideia de mito fundador vem da perspectiva de um novo discurso que retratasse a nação em suas várias dimensões: "[...] essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade". Tal concepção é uma tentativa de retomada histórica como caminho explicativo do arranjo territorial atual: "à maneira de toda *foundation*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal" (Chauí, 2001, p. 5).

percorreu concepções e crenças que buscavam dar sustentação e explicar do que se constituía o Brasil, por meio da própria literatura. Esta, como forma de saber capaz de não só criar uma concepção artística, mas de retratar e reconstituir a sociedade e o território. Assim, a literatura pode ser compreendida como espaço de elaboração de sentidos, no qual diferentes leituras sobre a nação são produzidas, tensionadas e reelaboradas.

Nessa ótica, pode-se afirmar que as transformações sociais, políticas, culturais e, consequentemente, espaciais, desencadeadas naquele período, geraram discursos que debatiam a constituição brasileira enquanto nação (Oliveira, 1990). O referido contexto histórico é marcado por um esforço de autoconhecimento. Efetivando, assim, a participação de um conjunto de saberes que "visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los" (Oliveira, 1990), indicando que a construção da identidade nacional se deu por meio de múltiplas interpretações articuladas à experiência histórica e espacial do país.

Assim, mais do que diversas linhas interpretativas, a leitura do país e a busca por uma identidade perpassavam por reflexões e pela elaboração de discursos que destacavam as transformações vividas e também assumiam a missão histórica de "[...] ajudar a construir uma nação civilizada" (Zilly, 1999, p. 05). Esse encadeamento imaginário acompanhou a dinâmica de constituição do Estado-nação brasileiro mediante narrativas que assumiam um caráter contextual e interpretativo da realidade histórica, geográfica, econômica e política, assim como de sua conduta sociocultural e psicossocial (Ianni, 2004).

3 Nação, história e literatura no Brasil

Percebe-se que História e ficção se estabeleceram e dialogaram no processo de definição da nação e de sua identidade no século XIX[5]. No referido período, há um processo narrativo da pátria que associa os acontecimentos do país à efetivação de um território e de uma população. Um processo que Anderson (2008) definiu como gestação imaginária sobre o "modo de ser" de cada nação (Anderson, 2008). Nessa realidade, a construção literária seria uma forma de narrar os fatos e a realidade (ianni, 2004; Candido, 2000).

A princípio, a literatura é definida por Candido (2000) como

> […] um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além das características internas, (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização (Candido, 2000, p. 23).

Seguindo esse viés e sob uma perspectiva hermenêutica, a literatura não deve ser interpretada apenas como criação estética, mas como expressão de um conjunto de experiências históricas e sociais que se manifestam em determinado período. Nesse particular, essa concepção indica que os textos literários podem ser analisados como meios de interpretação da realidade social, revelando elementos do contexto histórico e espacial no qual foram

[5] Ao citarmos a ideia de História e ficção, estamos assumindo aqui a concepção apontada por Ianni (2004) de que a construção da nacionalidade é fruto de uma leitura da realidade por meio da tessitura de textos literários. Com isso, a nação passa a ser "realidade e ficção" e "real e imaginária" (Ianni, 2004, p. 62). Tal concepção permite que ela seja um palco "no qual se encontra uma profusão de cenários, que se alteram, rearranjam ou transformam, conforme o jogo de forças sociais" (Ianni, 2004, p. 63). Ou seja, a ficção é posta aqui como os caminhos interpretativos dos intelectuais para construir uma identidade nacional.

produzidos. Portanto, ao interpretar as obras, torna-se possível relacionar suas características internas às condições sociais e territoriais que configuram a sociedade em determinado momento.

À vista disso, nas palavras de Ianni (2004, p. 177), aquela passa a ser entendida, também, como uma

> […] forma de expressar, exorcizar, decantar ou fabular o que são e o que parecem ser as formas de sociabilidade e as tramas das forças sociais; ou os modos de ser, agir, sentir, pensar, imaginar, encantar e desencantar, com os quais se tecem as diferentes versões do que pode ser a realidade e o imaginário, a utopia e a nostalgia.

Diante disso, as produções literárias não apenas representam práticas sociais, mas sobretudo interpretações sobre as formas de sociabilidade que se desenvolvem em determinados contextos históricos e espaciais. Pode-se inclusive declarar que as narrativas literárias podem ser analisadas como discursos que traduzem experiências territoriais e sociais, contribuindo para a construção de representações sobre o espaço e sobre a sociedade que o habita.

O próprio Ianni (2004, p. 178) complementa afirmando que

> Esse é o percurso no qual nasce, cresce, se desenvolve e se transforma a literatura brasileira, como um sistema aberto e em movimento, atravessado por tensões e impasses [...] Sob vários aspectos, pois, a tessitura do texto esconde ou revela a tessitura do contexto. Ambos, texto e contexto, podem ser vistos como expressões polimorfas e cambiantes da mesma configuração sociocultural.

Tal observação apresentada pelo autor indica que os textos literários expressam experiências sociais particulares que, quando interpretadas, permitem compreender aspectos mais amplos da sociedade. Assim, a leitura de fragmentos e narrativas específicas não se limita à descrição de situações isoladas, mas possibilita alcançar uma compreensão mais abrangente das formas de organização social e das interpretações construídas sobre o país.

Tal formulação permite compreender que a ideia de nação não se estabelece como um dado natural, mas como resultado de narrativas e interpretações produzidas em diferentes momentos históricos. Nesse sentido, os textos literários e ensaísticos do século XIX podem ser entendidos como parte desse processo narrativo, no qual diferentes autores buscaram interpretar a realidade brasileira e conferir sentido à experiência coletiva do país.

Nesse sentido, a literatura pode ser compreendida como um complexo simbólico por meio do qual diferentes fatores históricos, sociais e culturais são traduzidos e organizados em forma narrativa. Quando articuladas às qualidades e particularidades de determinado país ou grupo social, tais produções permitem interpretar momentos históricos e espaciais específicos, revelando que a literatura não constitui apenas manifestação cultural, mas aspecto intrínseco da própria sociedade (Candido, 2000).

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender como a história e os acontecimentos sociais passam a ser narrados e reinterpretados por meio da linguagem. Como observa Schwarcz (2008, p. 13), esse processo contribui para a formação de "um conjunto de nações imaginadas", no qual diferentes discursos participam da elaboração de representações coletivas sobre o país. Nesse sentido, o discurso literário atua como espaço de produção de sentidos, moldando percepções e contribuindo para a construção de imagens compartilhadas sobre a realidade nacional (Schwarcz, 2008).

Nesse contexto, a produção literária do século XIX passa a desempenhar papel relevante na formulação de leituras sobre o Brasil. Assim, ao refletir sobre esse movimento, Machado de Assis identifica na literatura do

período um forte "instinto de nacionalidade" (Assis, 1873, p. 1), indicando a tendência de escritores e intelectuais de voltarem suas obras para a observação e interpretação da vida brasileira.

Assim colocou Assis (1873, p. 1):

> Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro [...] Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali o farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional.

A partir do fragmento, infere-se que Assis (1873) revela a percepção de que a literatura brasileira do período estava orientada por um esforço de aproximação com a realidade nacional, buscando incorporar temas, paisagens e experiências vinculadas à vida do país. Tal observação indica que a produção literária não se limitava a um exercício estético, mas participava de um movimento mais amplo de interpretação da sociedade brasileira e de construção de uma identidade cultural própria.

Com efeito, concorda-se com Candido (2000) quando este afirma que essa característica é fruto do contexto de formação do Estado no período oitocentista:

> [...] o nacionalismo artístico não pode ser condenado ou louvado em abstrato, pois é fruto de condições históricas – quase imposição nos momentos em que o Estado se forma e adquire fisionomia nos povos antes desprovidos de autonomia ou unidade. Aparece no mundo contemporâneo como elemento de autoconsciência, nos povos velhos e novos que adquirem ambas, ou nos que penetram de repente no ciclo da civilização ocidental, esposando as suas formas de organização política (Candido, 2000, p. 27).

A partir dessa formulação, o saber passa a ser compreendido como tradução da realidade do lugar, tornando-se uma unidade decisiva na criação das ideias de Brasil, uma vez que estava comprometido com o projeto de "encarnação do espírito nacional" (Candido, 2000, p. 26). Tal engajamento resultou em uma "literatura social" (Souza, 1996) ou "empenhada", provocando o abandono do "terreno específico das belas-letras" (Candido, 2000, p. 26; 27), pois

> Como não há literatura sem fuga do real, e tentativas de transcendê-lo pela imaginação, os escritores se sentiram frequentemente tolhidos no vôo, prejudicados no exercício da fantasia pelo do sentimento de missão, que acarretava a obrigação tácita de descrever a realidade imediata, ou exprimir determinados sentimentos de alcance geral. Este nacionalismo infuso contribuiu para certa renúncia à imaginação ou certa incapacidade de aplicá-la devidamente a representação do real […] (Candido, 2000, p. 26; 27).

Indubitavelmente, isso possibilitou a construção de um discurso que colocasse a realidade e o arranjo territorial em seu acontecer, quase como um "testemunho triste" dos fatos[6] (Sevcenko, 1999, p. 30). Por meio dos romances, o sistema articulado de saber pôde apresentar uma reconstituição da relação entre sociedade e meio (Sevcenko, 1999) mediante representações geográficas (Souza, 1996), nas quais elementos particulares da experiência social são mobilizados para compreender a formação mais ampla do país. Portanto, efetivando um nacionalismo que buscou autoconhecimento e que uniu nação e história (Candido, 2000).

[6] Para Sevcenko (1999), a produção discursiva da literatura tem uma dimensão social, o que a torna um material de pesquisa essencial do historiador, uma vez que traz a realidade como centralidade. Assim, afirma: "Ocupa-se portanto o historiador da realidade, enquanto o escritor é atraído pela possibilidade. Eis aí, pois, uma diferença crucial, a ser devidamente considerada pelo historiador que se serve do material literário" (SEVCENKO, 1999, p. 30).

Em virtude disso, tal dinâmica interpretativa permitiu afirmar que a questão nacional estava dentro de um quadro narrativo literário. Perspectiva essa, que, para Ianni (2004), desdobrou-se da seguinte forma:

> A nação, em seus diferentes e múltiplos aspectos, pode ser vista como uma longa narrativa. Uma narrativa muitas vezes, harmoniosa e dissonantes, dialogando e polemizando, em diferentes entonações. [...] Todas, em diferentes gradações e entonações, contribuem para o entendimento de como a nação se pensa e repensar, buscando constituir-se, explicar-se e imaginar-se. As narrativas com as quais se reconhecem, tecem, enaltecem ou esquecem os mais diferentes aspectos da formação e transformação da sociedade nacional podem ser principalmente científicas e literárias (Ianni, 2004, p. 176).

Nesse sentido, diferentes discursos, científicos, históricos e literários, participam da produção de interpretações por meio das quais a sociedade busca compreender a si mesma. Assim, as obras produzidas no século XIX podem ser entendidas como parte desse processo narrativo mais amplo, no qual intelectuais e escritores contribuíram para formular versões e explicações sobre a formação do Brasil.

A história e a realidade dos fatos passaram a ser explicadas por uma linguagem literária, num processo em que a língua molda as imaginações, e a nação passa a ser uma construção solidária de discursos proferidos que delineiam e transformam a realidade[7] (Ianni, 2004).

Por esse ângulo, a literatura estabeleceu um conjunto de representações que não só clarificou os fatos históricos, mas também abriu caminhos para o entendimento do que seria o Brasil (Carvalho, 1998). Outrossim, posicionou determinados sujeitos com função sociológica de interpretação da cultura e da realidade do país (Candido, 2006). Desse modo, constituindo um pensamento social centrado na perspectiva de uma sociografia, ou seja, uma forma de saber sociológico pré-institucional capaz de fazer da literatura um conhecimento preocupado as dimensões históricas e espaciais do país (Souza, 1996).

Nesse ínterim, grupos de intelectuais tomaram para si o encargo de interpretar a sociedade, apresentar os elementos para a construção da identidade coletiva, elaborar projetos de modernização e de desenvolvimento econômico para a nação brasileira, mesmo que, para isso, fosse necessário ter concepções próprias, readaptando as ideias propagadas na Europa (Schwarz, 2000).

4 O papel dos intelectuais e o pensamento científico na literatura nacional

A busca por um conceito [ideal] de nação possibilitou a formação de um sentimento de nacionalidade e, consequentemente, a formação de uma elite de intelectuais (Ianni, 2004). Pensadores que tinham uma "missão político-patriótica" (Souza, 1996, p. 24). Decifrar as transformações ocorridas e apontar novos caminhos passou a ser a base da atuação de diversos sujeitos da época, principalmente, ao formularem "princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira" (Candido, 2006, p. 271).

[7] Segundo Ianni (2004), há momentos da formação sociocultural do país que dilemas e horizontes históricos se unem e se colocam dentro "das atividades, sentimentos e pensamentos. É como se uma dada contemporaneidade impregnasse mais ou menos amplamente indivíduos e coletividades [...] Nesse sentido, algumas narrativas literárias, científicas e filosóficas podem expressar algo do mesmo clima [...]" (Ianni, 2004, p. 180). Para Candido (2000), esses momentos são denominados de decisivos, uma vez que a literatura passa a ser vista como um todo e que, aos poucos, as ideias vão se configurando e caminhando dentro de uma articulação, tendo fisionomia e movimento único.

Em razão disso, vários escritores no final do século XIX buscaram um novo olhar para pensar a ideia de uma forma de representação da nação (Oliveira, 1990), por meio de uma forte indignação moral (Martins, 1987) e com obras que pretendiam apresentar a "a síntese da alma nacional" (Souza, 1996, p. 23).

Nesse processo, a geração intelectual de 1870 (Candido, 2000) ou a "República dos Conselheiros" (Sevcenko, 1999, p. 60) configurou-se como um grupo de intelectuais que tomou para si o papel de criar um sentimento de pátria, mediante uma produção literária e ensaística que colocou o país no debate dos Estados nacionais modernos[8].

Como observa Oliveira (1990, p. 85):

> Entender o Brasil, construir o Brasil, era uma meta fundamental para esses homens que julgavam que o país deveria repetir, de forma acelerada, a experiência do Ocidente. Neste contexto, a construção do sentimento brasileiro tinha uma importância fundamental, sendo a nacionalidade o critério básico de avaliação dos produtos literários e culturais.

A autora ainda destaca que:

> Os intelectuais e propagandistas da República viam o novo regime como uma etapa da "atualização" do Brasil, do seu ingresso no século civilizado. Embora tenham contribuído em muito para uma mudança de mentalidade, eles não participaram contudo da construção da ordem republicana. Esta elite intelectual incluía um setor voltado para a ação política propriamente dita, cujo compromisso era mais com a prática do que com o rigor doutrinário ou teórico (Oliveira, 1990, p. 91).

A partir dessas considerações, observa-se que esse grupo buscava reinterpretar o Brasil, definindo uma identidade própria e qualificando o espaço físico e social do país (Souza, 1996), ao mesmo tempo em que se inseria no "século da civilização" por meio da projeção de um modo de vida europeu (Zilly, 1999).

Essa condição tão presente no exercício brasileiro expressava devidamente aspectos muito próprios dos "estados de espírito duma sociedade que se estruturava em bases modernas" (Cândido, 2000). Isso porque, a idealização de um Estado-nacional, que possuía seus alicerces em ideias externas, carecia de um elemento difusor que fizesse com que toda uma postura social fosse assumida por um determinado grupo (Sevcenko, 2003).

Nesse entendimento, cabia aos intelectuais, principalmente, da Geração de 1870, oferecer ao país e ao mundo o que é "ser nacional" (Sevcenko, 2003). Imersos nesse processo de transformação de grandes proporções, essa elite intelectual europeizada passa a se autointitular de "Escritores-Cidadãos" e "Mosqueteiros Intelectuais" (Sevcenko, 2003, p.97), ao mesmo tempo em que passaram a constituir a base do PSB (Partido Socialista Brasileiro) no século XIX.

Caracterizados por um forte nacionalismo cultural e político (Oliveira, 1990), e se adequando a um conjunto de "doutrinas típicas do materialismo cientificista" (Sevcenko, 2003, p.97), esses escritos formularam diversas e distintas interpretações sobre o que é o país e suas perspectivas (Ianni, 2004).

---

[8] É importante destacar que, na perspectiva do Candido (2000), a partir do século XVIII, já no romantismo brasileiro, os escritores do país começaram a se tornar "verdadeiros delegados da realidade junto a literatura", tornando-se quase sujeitos com forte "fidelidade documentária ou sentimental, que a vincula a experiência bruta" (Candido, 2000, p. 27). Partindo desse raciocínio, pode-se afirmar que as atividades dos intelectuais brasileiros estavam ligadas muito ao contexto de aparecimento do Estado-nação moderno, do nacionalismo, o desenvolvimento das ciências humanas e a organização da população no território (Sevcenko, 2003). Porém, tomamos como referência a geração modernista de 1870, uma vez que colocaram o Brasil no debate dos Estados nacionais modernos, além de terem a perspectiva de forte dimensão científica em suas produções.

Por isso, a título de exemplificação, o **Quadro 1** apresenta alguns desses intelectuais, assim como aspectos históricos, sociais e temáticos que envolvem a produção.

Quadro 1. Esquema temporal das interpretações do Pensamento Social Brasileiro.

Contexto literário	Modo de Interpretação	Autores
Precursores	*1.Aspectos históricos e sociais* Inseridos em uma sociedade escravocrata e mediados por termos teóricos europeus, os precursores visam debater a formação de uma sociedade civil de passado pós-colonial ainda recente. *2. Temas* Eles pensam um Brasil ainda em formação enquanto um Estado-nação. Portanto, noções como raça, povo, nação, escravatura, monarquia e europeização marcam esse momento.	Euclides da Cunha, Alberto Torres, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Sílvio Romero, José Veríssimo, Machado de Assis, Lima Barreto, Tavares Bastos, José de Alencar, José Bonifácio, Frei Caneca, Eduardo Prado e Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro).
Clássicos	*1.Aspectos históricos e sociais* Em uma época de tensões decorrentes de desdobramentos e atritos como a Primeira Guerra Mundial e ascensão da União Soviética, no contexto internacional, e a Revolução de 30, a Semana de Arte Moderna, a fundação de institutos de ensino e pesquisa e junto a isso entrada das ciências sociais no país delimitam o cenário em que os clássicos se propagam. *2. Temas* Uma visão traçada pela concepção da vocação agrária do país, em que a modernização e industrialização, apesar de serem vistas como algo necessário e possível, deveriam estar atreladas ao modelo social já existente condicionado pelas dinâmicas dos extensos latifúndios de cana-de-açúcar, da atividade pecuária, do extrativismo e, principalmente, da plantação cafeicultora.	Jackson de Figueiredo, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen, Caio Prado Júnior e Eugênio Gudin.
Novos	*1.Aspectos históricos e sociais* Em um cenário das ciências sociais e humanas mais consolidadas e o desenvolvimento dos institutos de ensino e pesquisa os padrões de compreensão da estrutura político-econômica e sociocultural. *2. Temas* Os novos estudam os clássicos e os precursores, procurando traçar e inaugurar novas análises de problemas fundamentais à sociedade. São realmente inovadores no sentido de que trazem novos parâmetros de compreensão devido à sua imersão na cultura das ciências sociais, relativamente recentes no país. Temáticas como fascismo, nazismo, nacionalismo, liberalismo, mercado, reforma, capitalismo, socialismo destacam-se nos estudos realizados.	Mário de Andrade, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, Clóvis Moura, Jacob Gorender, Celso Furtado, Antônio Cândido, Mario Pedrosa, Alfredo Bosi, Cândido Portinari, Graciliano Ramos e Oscar Niemeyer.

Fonte: Adaptado de Ianni (2004) por Morais, Araújo e Silva (2026).

Como apontado por Ianni (2004), há dentre os precursores, os clássicos e os novos, a formação de linhagens que apresentam construções específicas, científicas e literárias do modo como interpretavam o Brasil (**Quadro 2**).

Quadro 2. Linhagens de pensamento do Pensamento Social Brasileiro.

Tema	Modo de Interpretação	Autores
O estado como demiurgo da sociedade	Entre as formas de interpretação temos a da análise do Estado e da organização de seu poder, tendo em vista ressaltar a missão do Estado como demiurgo da sociedade e da história. Tal retrato se baseia-se no entendimento de que a sociedade civil não possui coesão e necessita ser tutelada por um ente de maior poder capaz de fornecer a ela um arranjo.	Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Hélio Jaquaribe, Oliveiros Ferreira, Bolivar Lamounier.
A sociedade patriarcal	Essa corrente de pensamento se dedica a pensar a relação entre a família, a casa-grande, o patriarcalismo e a oligarquia. Nesse caminho, seus pensadores correlacionam aspectos psicossociais e socioculturais. Faz-se necessário destacar que essa tese se correlaciona com a do "o estado como demiurgo da sociedade"	Gilberto Freyre, Renê Ribeiro, Thales de Azevedo, José Lins do Rego, Jorge Amado, Darcy Ribeiro, Roberto da Matta.
Uma história de tipos ideais	A interpretação dessa linhagem parte da visão de que a história do país se desenvolve em imagens simbólicas. Daí decorre a criação, por exemplo, do "homem cordial", um sujeito determinado por meio de subjetividades em consonância com essa perspectiva, inserem-se as figuras do bandeirante, do índio, do sertanejo, do seringueiro, do colonizador e do aventureiro. Essa visão é fortemente atrelada às construções dos autores da Semana de Arte Moderna de 1922.	Sérgio Buarque de Holanda, Ribeiro Couto, Graça Aranha, Paulo Prado, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Sílvio Romero, Rui Barbosa, José de Alencar.
Um país católico	No Brasil, o catolicismo se apresenta como um forte estruturador da dinâmica que se dá no país por meio da criação de uma ideologia, ou seja, uma mentalidade pela qual se cria e recria a nação.	Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Gustavo Corção, Augusto Frederico Schmidt, Álvaro Lins, Farias Brito, Nestor Victor.
A formação do capitalismo nacional	Debates sobre os ciclos econômicos, suas sucessões ou simultaneidades, assim como a vocação econômica (agrária ou industrial) do país, marcavam tal linhagem compreensiva.	Roberto C. Simonsen, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Celso Furtado, Francisco de Oliveira Paulo Singer.
A formação do capitalismo transnacional	Com a ascensão da globalização, atrelada à difusão do modelo capitalista, houve um empenho na elaboração, por meio de argumentos liberalistas e neoliberais, de projetos voltados à inserção na economia mundial.	Eugenio Gudin, Octavio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen, Delfim Neto.
A ideia de socialismo	A tese de uma sociedade de classes e de uma história de lutas encontra-se constantemente reiterada por esses autores. Com isso, elabora-se o transparecer de um meio em que as diversidades e desigualdades criam condições para a reprodução de particularidades. O	Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manoel Bomfim, Graciliano Ramos, Caio Prado Júnior, Astrojildo Pereira, Nelson Werneck Sodré, João

	retrato das revoltas, das revoluções, do nacionalismo e das relações entre escravos e senhores, bem como camponeses e latifundiários, apresenta-se nesses diálogos propostos por tais literatos.	Cruz Costa, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho.
O Brasil brasilianista	Temáticas como a questão racial, a mestiçagem, as relações entre brancos, negros e indígenas, o mito da democracia racial são discutidas nas pesquisas de reconstrução histórica presentes nesses textos. Empenhados em desvendar tal enigma social, os brasilianistas formulam propostas e ideias que visam "solucionar" a problemática nacional.	Alain Touraine, Albert O. Hirschmman, Thomas E. Skidmore. Hélio Jaguaribe, Roberto de Oliveira Campos.

Fonte: Adaptado de Ianni (2004) por Morais, Araújo e Silva (2026).

Eram esses intelectuais que fomentavam a constituição de uma nebulosa de pensamentos, contínuos e descontínuos, que se moviam no espaço e no tempo (Ianni, 2004). Contudo, apesar das várias linhagens do pensamento interpretativo nacional, é a voz dessa geração, os narradores-fazedores do Brasil (Souza, 1997), que ressoa com maior intensidade.

Nesse sentido, ao reivindicar "a liderança moral da nação", essa *intelligentsia* tinha como uma de suas características centrais a elaboração de interpretações que buscavam intervir na estrutura da pátria[9] (Martins, 1987). Porém, ao mesmo tempo, pautavam suas ações e reflexões em temáticas centradas em perspectivas mais liberais e progressistas (Sevcenko, 1999) com forte capacidade de diálogo com o pensamento universal (Ianni, 2004; Zilly, 1999).

Nesse movimento interpretativo, as explicações sobre a dimensão histórica e espacial do Brasil passam a se fundamentar em ideias centradas em concepções científicas e filosóficas do positivismo, darwinismo, spencerismo e no materialismo[10]: o "cientificismo do século XIX analisava o mundo humano como um objeto em mutação, um mundo histórico cuja evolução era regida por leis naturais" (Oliveira, 1990, p. 83).

O pensamento científico estruturava a linha de raciocínio desses escritores, fundamentando toda a produção intelectual que se engajava em "atualizar" o Brasil (Sevcenko, 1999):

> Toda essa elite europeizada esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro: eram todos abolicionistas, todos

[9] É importante destacar que Martins (1987) concentra sua análise em figuras como Euclides da Cunha e Lima Barreto, intelectuais que expressavem, em seus escritos, profundas insatisfações com os caminhos tomados na atuação da República. Esses intelectuais buscavam negar, tanto o passado colonial e escravista quanto a monarquia. Porém, é válido destacar que essa geração teve diversos pensadores engajados em mudar a estrutura social da nação, mesmo antes da República ser instalada no Brasil. Pode-se exemplificar, aqui, o mais conhecido livro de Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo.*

[10] Não obstante, um conjunto de teorias adentra ao Brasil e configura a ruptura do romantismo brasileiro por volta dos anos de 1870 (Ortiz, 1994), algumas delas são; "o positivismo de Auguste Comte", "o evolucionismo de Herbert Spencer", "o biologismo de Ernst Haeckel", "a antropogeografia de Friedrich Ratzel", e "o racismo de Arthur Gobineau" (Carvalho, 2012). Apesar de serem correntes filosóficas distintas, focaram em um único aspecto: a "evolução da história dos povos" (Ortiz, 1994, p. 14). Note-se que a intelligentsia nacional, na missão de identificar o Brasil em uma coletividade, não ficou restrita a uma única corrente ideológica: "Há de tudo: determinismo geográfico, racismo, darwinismo social, positivismo e outras correntes de pensamento. Mas também há a perspectiva social, histórica" (Ianni, 2004, p. 124).

> liberais democratas e praticamente todos republicanos. Todos eles trazem como lastro de seus argumentos as novas ideias europeias e se pretendem os seus difusores no Brasil (Sevcenko, 1999, p. 97).

Paralelamente, Ortiz (1994) destaca que ao trabalhar as teorias racistas europeias, os intelectuais brasileiros buscavam, por meio do evolucionismo e de todo quadro de conceitos presentes, formular uma identidade nacional, ao olhar a sociedade e o território do país.

Nesse sentido, afirma:

> Os parâmetros raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX. Toda história brasileira escrita no período adquire sentido quando relacionada a esses dois conceitos-chaves [...] Na realidade, meio e raça se constituem em categorias do conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira (Ortiz, 1994, p. 16).

O autor acrescenta que

> Meio e raça traduzem, portanto, dois elementos imprescindíveis para a construção de uma identidade brasileira: o nacional e o popular. A noção de povo se identificando à problemática étnica, isto é, ao problema da constituição de um povo no interior de fronteiras delimitadas pela geografia nacional (Ortiz, 1994, p. 17).

Ao mesmo tempo, a leitura dessas concepções teóricas não se pautou por meio de uma cópia (Ortiz, 1994). O cientificismo dos intelectuais brasileiros se estabeleceu como uma escolha natural de ideias que possibilitavam construir um raciocínio que explicasse a nação. Para Ortiz (1994), entre 1888 e 1914, houve um movimento científico na Europa que tentou explicar as diferenças entre os homens e esse acontecer foi incorporado intencionalmente pelos escritores nacionais:

> A elite intelectual brasileira, ao se orientar para escolha de escritores como Gobineau, Agassiz, Broca, Quatrefages, na verdade não está passivamente consumindo teorias estrangeira. Essas teorias são demandas a partir das necessidades internas brasileiras, a escolha se faz assim 'naturalmente'. O dilema dos intelectuais do final do século é o de construir uma identidade nacional para tanto é necessário se reportar às condições reais da existência do país (Ortiz, 1994, p. 30).

Tal colocação permite lembrar a retórica discursiva na literatura nacional, apontada por Carvalho (2000). Segundo o historiador brasileiro, ao buscar uma argumentação centrada nas concepções de mundo advindas da Europa, os intelectuais do país procuravam a citação de autoridade como marca da construção de seus pensamentos. Nesse caminho, usar no argumento, ideias estrangeiras era um "estilo de raciocínio", uma condição indispensável que não significava aceitar suas concepções, mas justificar, dar peso e significado às suas ideias:

> [...] que se sugere aqui é que o fenômeno onipresente da citação de autores estrangeiros, e da concomitante importação de idéias, não seja visto apenas como indicador de dependência intelectual, nem como colocação correta ou incorreta de idéias. Sugere-se que uma chave útil de leitura pode ser dada pelo estilo de raciocínio. Dentro da tradição brasileira, o argumento de autoridade era um requisito indispensável, era um recurso de argumentação, uma retórica. Em princípio, portanto, a citação de um autor estrangeiro não significava necessariamente adesão a suas idéias, embora pudesse significar" (Carvalho, 2000, p. 143).

Nessa conjuntura, para Carvalho (2000), a influência de diversas matrizes científicas fez com que correntes filosóficas da época dessem as bases teóricas para se explicar o Brasil no final do século XIX: "O cientificismo responsável pelos determinismos geográficos, climático e racial, ainda impedia que um país tropical e mestiço fosse visto como competidor sério na corrida da civilização" (Carvalho, 2000, p. 255).

Tal raciocínio conduz a afirmativa de que não há uma cópia, mas uma leitura e extração "conveniente" de algumas ideias, como uma importação de partes dos produtos culturais europeus: "O processo de importação pressupõe, portanto, uma escolha da parte daqueles que consomem os produtos culturais" (Ortiz, 1994, p. 30).

Ortiz (1994) ainda chega a afirmar que:

> Pode-se então dizer que a lógica que preside o pensamento de nossos intelectuais se decompõe em dois momentos: 1) escolhe-se entre diferentes objetos a serem sincretizados, isto é, as teorias disponíveis, algumas dentre elas; 2) no interior dessas teorias seleciona-se os elementos considerados pertinentes pelo sistema-partida, no caso a problemática do nacional [...] O pensamento político de nossos intelectuais está mais próximo da ideologia (Ortiz, 1994, p. 33).

Tal caminho interpretativo faz uma aproximação das ideias de Schwarz (2000) quando afirma que essa condição seria uma "[...] comédia ideológica, diferente da europeia [...]. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original." (Schwarz, 2000, p. 1). Ou seja, no Brasil, as ideias do pensamento social estavam fora do centro universal. E a intelectualidade brasileira deu um sentido próprio ao tomar o arranjo socioterritorial do pais como centralidade.

Segundo o crítico, a literatura nacional refletia e era um testemunho dessa "impropriedade de nosso pensamento" (Schwarz, 2000, p. 2). Com as concepções científicas importadas, os escritores adaptavam-nas a realidade: "[...] adotadas as idéias e razões européias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente objetiva, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor" (Schwarz, 2000, p. 6).

Isso permitiu a construção de um pensamento novo, original, único. Uma forma de conhecimento centrada no contexto territorial, cultural e social brasileiro, mesmo que essa interpretação inovadora não alterasse a realidade social do país, uma vez que estava "condenado a máquina do colonialismo" (Schwarz, 2000, p. 12). Tal adaptação das ideias universais foi essencial no jogo ideológico de representação da nação: "Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza" (Schwarz, 2000, p. 13).

Tal perspectiva permite afirmar que a entrada dessas formas de pensar impuseram aos intelectuais e à literatura a composição de imagem de um país atrasado e bárbaro – fato, inclusive, atribuído à indefinição da raça e à rigidez do clima e da natureza (Skidmore, 1976). Como afirmou Euclides da Cunha (2017, p. 97) nas notas preliminares do livro Os Sertões: "Estamos condenados à civilização". Essa leitura evidencia o esforço dos intelectuais em interpretar a realidade brasileira a partir de categorias amplas, movimento que também pode ser observado em outras produções do período. Daí porque, para Moraes (2009), a ideia de civilização, de barbárie, de ciência, de avanço e de recuo são fruto de uma leitura de realidade sobre a lente de concepções teóricas oriundas da Europa.

Esse movimento interpretativo também pode ser observado, a título de exemplicação, na produção literária de Joaquim Nabuco, *O abolicionismo* (1883), quando o autor afirma: "a população não possue definitivamente o solo: o grande proprietario conquistou-o á Natureza com seus escravos, explorou-o, enriqueceu por elle extenuando-o [...]" (NABUCO, 2011 [1883], p. 178). Nesse contexto, o fragmento evidencia que o autor compreende a escravidão não apenas como instituição social, mas como elemento que condiciona a forma de apropriação e uso do solo, revelando a articulação entre relações sociais e organização espacial. A partir dessa leitura, percebe-se que a análise de um fenômeno específico da realidade brasileira permite alcançar uma compreensão mais ampla da formação

nacional, na medida em que explicita como a estrutura social escravista se projeta sobre o território e participa da constituição do país.

A partir dessa estrutura, os intelectuais do período passaram a elaborar interpretações mais abrangentes sobre a realidade brasileira, articulando dimensões sociais, políticas e territoriais. Em razão disso, os temas e as explicações eram recorrentes (Ianni, 2004), constituindo interpretações que revelavam determinadas "orientações, linhagens ou 'famílias'", filiando os autores a diferentes "estilos de pensamento" (Ianni, 2004, p. 44). Essas abordagens contribuíram para a construção de um nacionalismo próprio, na medida em que, ao descreverem a sociedade e as formas de uso do território, tais intelectuais produziam leituras que buscavam compreender o país em sua totalidade (Sevcenko, 1999).

Essa leitura se amplia quando se observa ainda que**,** ao afirmar que "a escravidão era um estado no Estado, cem vezes mais forte do que a própria nação" (Nabuco, 2011 [1883], p. 77), Nabuco evidencia que a escravidão se configurava como uma estrutura de poder que ultrapassava as instituições formais, condicionando o funcionamento do próprio Estado. A partir dessa formulação, percebe-se que a análise não se limita a um aspecto isolado da sociedade, mas permite compreender como determinadas relações sociais estruturavam a organização política e institucional do país, revelando elementos centrais da formação nacional.

Nesse percurso, as diversas formas de leitura da realidade brasileira fundamentaram-se, sobretudo, em um conjunto ideológico ancorado em teorias científicas mediadas pela literatura, o que possibilitou múltiplas interpretações geográficas da nação. Como afirma Souza (1996, p. 40): "[...] a história da ocupação espacial é a história da formação nacional".

5 Considerações Finais

Com o intuito de concluir essa reflexão, parte-se do entendimento de que os discursos identitários e nacionalistas presentes na literatura brasileira ganharam notoriedade e estavam fortemente atrelados à dimensão espaço-tempo. As produções no século XIX se transmutaram junto com o sentido de nação, tendo o debate de raça e território como um dos caminhos centrais desse processo (Sevcenko, 1999). Em outras palavras, a construção narrativa da nacionalidade passava pelas interpretações do povo e do arranjo territorial.

Desse modo, a constituição de pensamentos interpretativos sobre a jovem pátria, ao longo desse período, notabilizou-se em concepções, crenças e discursos que pretendiam dar sustentação às tentativas de explicar o Brasil. Tomando por base a formação social e o quadro territorial, a realidade revelou-se como centralidade desse imaginário literário, propiciando interpretações geográficas em diversas produções romanescas. Por isso, pensar o país e sua inserção no mundo significava trazer o debate para as representações do espaço na formação nacional, por meio de uma literatura "extrageográfica *[sic]*" (Moraes, 2002).

Os escritos se mostravam como uma série de reflexões e narrativas imaginadas que tinham na realidade a base, possibilitando "[...] uma pedagogia na consciência nacional" (Souza, 1996, p. 24), numa perspectiva de compreender a "Nação pelo espaço" (Souza, 1996, p. 21).

Tal caminho permite afirmar que, inicialmente, a semântica ambiental passou a definir o entendimento conceitual do território, compreendido como "elemento constitutivo da construção de identidade nacional"

(Oliveira, 2011, p. 125). Por meio de uma série de discursos sustentados por um forte "argumento geográfico" (Maia, 2008, p. 57), a natureza passa a ser protagonista na definição do país, ocupando lugar central no imaginário coletivo e relegando o povo à condição de "espectador" do esplendor tropical (Oliveira, 1990). Os atributos físicos e naturais foram introduzidos aos discursos literários, incentivando, assim, a construção da brasilidade a partir do espaço (Moraes, 2005).

Concomitantemente, essas interpretações geográficas da nação se ajustavam às condições intelectuais e materiais do país. Isso significa que, em um segundo momento, a questão racial passou a ocupar posição central nos argumentos sobre a constituição da nação (Ianni, 2004). A população negra e mestiça, antes amplamente negligenciada, passou a ser incorporada como elemento constitutivo da identidade nacional. A literatura, por sua vez, passou a retratá-la como parte desse processo de construção simbólica.

Tal perspectiva se justifica na medida em que a construção de interpretações geográficas do Brasil passou de uma prática discursiva ligada à fisionomia única de natureza de extrema exuberância no mundo, para um debate societário envolto à questão racial. Para Bosi (1992), esse deslocamento ocorreu gradualmente, à medida que "[…] a fisionomia do Brasil iria perdendo aquele caráter de eterno viço tropical para deixar ver os sulcos de um povo carente, dividido em raças e classes" (Bosi, 1992, p. 248).

Nesse contexto, entende-se que o debate na literatura é simultaneamente material e simbólico no século XIX, configurando-se como discursos geográficos (Moraes, 2005). Ou seja, o saber romanesco foi capaz de retratar a relação sociedade e o meio como um produto social e dentro de um contexto histórico.

Por isso, os diversos escritos passaram de um engrandecimento da natureza e toda a sua exuberância para uma leitura e descrição da condição racial da população. Em alguns momentos, acusando-a de "incivilizada, escravagista e mestiça" (Oliveira, 2011, p. 130), em outros, colocando o negro como base da nossa sociedade. As palavras de Joaquim Nabuco, n'*O Abolicionismo*, ajudam a evidenciar esse deslocamento interpretativo: "[...] a raça negra fundou para outros uma pátria que ela pode com muito mais direito chamar sua. Suprima-se mentalmente essa raça e o seu trabalho, e o Brasil não será na sua maior parte senão um território deserto […]" (Nabuco, 2011 [1883], p. 82).

Dessa forma, a literatura nacional configura-se como uma forma de saber que apresenta um arcabouço histórico e espacial. Ela constitui-se um conjunto articulado de conhecimento que retratava e testemunhava a realidade vivenciada pelo Brasil. Ao trazer a história e a realidade por meio da ficção, os escritores foram capazes de colocar a natureza e o povo como elementos explicativos do arranjo territorial. Como também se mostraram competentes para apontar o contexto e a toda ordem do relevo social, econômico e político dos oitocentos, evidenciando as relações entre práticas sociais e organização do espaço**.** Como também se mostraram competentes para apontar o contexto e a toda ordem do relevo social, econômico e político dos oitocentos, evidenciando as relações entre práticas sociais e organização do espaço, além de indicar possibilidades (ou não) de projeções futuras.

A literatura apresenta-se, portanto, como um campo de conhecimento capaz de construir representações espaciais, colocando a ideia geográfica e o debate ideológico de Estado-nação, povo e território como centrais. Nesse processo, exerceu um papel afirmativo na consolidação de uma identidade nacional. Ao retratar a realidade tanto em sua dimensão material quanto em sua dimensão de representação, a literatura brasileira cumpriu um papel

fundamental na construção do sentimento de pátria, difundindo a ideia de identidade do espaço nacional e as contradições e singularidades do Brasil. Mais que isso, abriu caminhos para as interpretações geográficas, nas quais a análise de elementos particulares da realidade social permite compreender a totalidade da formação nacional, entrelaçando a história social da nação com a construção de um saber geográfico próprio e enraizado na experiência brasileira.

Desse modo, a leitura das produções literárias oitocentistas, a partir de seus fragmentos e formulações, permitiu evidenciar como tais obras constituem interpretações da realidade brasileira, articulando sociedade, território e nação, elementos centrais para a construção de interpretações geográficas.

Contribuições das pessoas autoras (CRediT): Concepção: Hugo Arruda de Morais e Nôeme Martins de Araújo; Metodologia: Hugo Arruda de Morais e Nôeme Martins de Araújo; Análise: Hugo Arruda de Morais, Nôeme Martins de Araújo e Alyne Karollayne Melquiades Souza da Silva; Escrita (primeira versão): Nôeme Martins de Araújo; Escrita (revisão e edição): Hugo Arruda de Morais, Nôeme Martins de Araújo e Alyne Karollayne Melquiades Souza da Silva; Supervisão: Hugo Arruda de Morais. Todos os autores leram e aprovaram aversão final do manuscrito.

Disponibilidade de dados: Esta pesquisa não produziu base de dados própria. As fontes bibliográficas e documentais utilizadas estão indicadas ao longo do manuscrito e listadas nas referências.

Financiamento: Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Declaração do uso de inteligência artificial: Os autores declaram que não fizeram uso ferramentas de inteligência artificial de Inteligência Artificial

Conflito de interesses: A financiadora não teve interferência na concepção do estudo, análise ou interpretação dos dados; na redação do manuscrito; ou na decisão de publicar os resultados.

Referências

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, A. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, p.05-28, 1977.

ARANTES, P. Nação e Reflexão. In: Moderno de nascença: figurações críticas do Brasil, de Benjamim Abdala Jr. e Salete de Almeida Cara (ORGS.). Revista Crioula, [S. l.], n. 1, 2007. https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2007.53323.

ASSIS, M. Crítica, notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade, 1873.

BOSI, A. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia de letras, 1992.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006.

CANDIDO, A. Formação da Literatura Brasileira momentos decisivos. Belo Horizonte.Editora Itatiaia Ltda, 2000.

CARVALHO, J. M. As marcas do período. In: A construção nacional: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, J. M. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, J. M. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi (Rio de Janeiro), [S.L.], v. 1, n. 1, p. 123-152, dez. 2000. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/GkWQqcpQjZy7WB8y9XWwKDj/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CASTRO, I. E. Do imaginário tropical à política: a resposta da Geografia brasileira à história da maldição. Barcelona: Universidad de Barcelona. Scripta Nova, v, X. 218 (11), Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, 1 de agosto de 2006. https://doi.org/ 10.1344/SN2006.10.1219

CHAUÍ, M. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. 1. ed., abril de 2000; 2ª reimpressão: outubro de 2001.

COSTA E SILVA, A. As marcas do período. In: Crise colonial e independência: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 280 p.

CUNHA, E. da. Os Sertões: Campanha de Canudos. São Paulo. Editora Martin Claret, 2017.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

IANNI, O. Pensamento social no Brasil. Bauru, SP; EDUSC. (Coleção Ciências Sociais), 2004.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). Rio de Janeiro; Bertrand, 1995.

MAGNOLI, D. O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Moderna, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu Território. Terra Brasilis [online], n. 4 - 5, 2003. Posto online no dia 05 nov. 2012. https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.343.

MAIA, J. M. E. A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARTINS, L. A gênese da intelligentsia: Os intelectuais e a política no Brasil (1920-1940). Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2, n. 4, pp. 65-87, junho de 1987.

MORAES, A. C. R.. História do pensamento geográfico no Brasil: indicações. GEOGRAFARES, Vitória, no 3, jun. 2002.

MORAES, A. C. R. Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Annablume Editora. 2005.

MORAES, A. C. R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 166-176.

NABUCO, J. O Abolicionismo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2011.

OLIVEIRA, L. L. A Questão Nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, L. L. Natureza e identidade: o caso brasileiro. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 9 ago/dez, 2011, pp. 123-134.

ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 5. ed. 1994.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista De Geografia, n. 54, Junho, 1977, p. 81-99.

SCHWARZ, R. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. ed. 34. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SCHWARCZ, L. M. História como carteira de identidade em processo. In: Crise colonial e independência: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 280 p. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

SCHWARCZ, L. M. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, B. R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEVCENKO, N. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SKIDMORE, T. E. Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, C. V. e. A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro. Goiânia: Editora UFG, 1996.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VENTURA, R. “Estilo Tropical: A natureza como pátria". Campinas: Remate de Males, 2012.

ZILLY, B. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 12, p. 5–45, abr. 1999.

SOBRE A AUTORIA

Hugo Arruda de Morais

Docente no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (Natal-RN), no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA – UFRN) e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGE – UFRN). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (2017), mestre em Geografia pela UFPE (2012) e graduado em Geografia pela UFPE (2009). Atua na área de Geografia Humana, com ênfase em pesquisas sobre a Escravidão Contemporânea e a Formação histórico-territorial do Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5126-4124
E-mail: hugo.morais@ufrn.br

Nôeme Martins de Araújo

Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2023) e geógrafa pela UFRN (2019). Atua na área de Geografia Humana, com ênfase em pesquisas sobre a Geografia Histórica e do Pensamento Geográfico brasileiro.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6041-2638
E-mail: noeme.martins.082@ufrn.edu.br

Alyne Karollayne Melquiades Souza da Silva

Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2024) e geógrafa pela UFRN (2022). Atua na área de Geografia Humana, com ênfase em pesquisas sobre a Geografia Histórica e do Pensamento Geográfico brasileiro.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6507-608X
E-mail: alynekarollayne@gmail.com